

**CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO
DO CEARÁ – CAU/CE**

CNPJ: 14.929.252/0001-04

**Demonstrações contábeis dos exercícios findos em
31 de dezembro de 2022 e 2021 acompanhadas do
Relatório dos Auditores Independentes.**



+55 (85) 3208-2700



www.controller-rnc.com.br



Rua Monsenhor Bruno 1600
Aldeota - Fortaleza/CE
Brasil - CEP: 60115-191

1

Q

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Ceará – CAU/CE

CNPJ: 14.929.252/0001-04

**Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.**

Conteúdo

| | |
|--|-----------|
| Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis..... | 3 |
| Balanço Patrimonial | 6 |
| Balanço Financeiro | 8 |
| Balanço Orçamentário..... | 10 |
| Variações Patrimoniais | 13 |
| Demonstração dos Fluxos de Caixa..... | 15 |
| Notas explicativas às demonstrações contábeis | 17 |



Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Ao
Presidente do
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Ceará – CAU/CE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Ceará – CAU/CE, que compreendem o balanço patrimonial, o balanço financeiro, o balanço orçamentário a respectiva demonstração das variações patrimoniais e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Ceará – CAU/CE em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e adequada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza (CE), 25 de agosto de 2023.

CONTROLLER AUDITORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL S/S
CRC (CE) 232-J
CNPJ (MF) 23.562.663/0001-03



FRANCISCO MOISÉS DE ALMEIDA GOMES
DIRETOR TÉCNICO
CONTADOR CRC (CE) Nº 12.837
CNAI Nº 2011



Balanço Patrimonial

Período: 01/01/2022 a 31/12/2022

| ATIVO | Especificação | Exercício Atual | PASSIVO | | Exercício Atual |
|--|---------------|-----------------|--|-----------------|-----------------|
| | | | Especificação | Exercício Atual | |
| ATIVO CIRCULANTE | | 5.679.112,89 | PASSIVO CIRCULANTE | | 221.252,13 |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | | 3.521.681,29 | OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO | | 170.382,65 |
| CRÉDITOS A CURTO PRAZO | | 2.046.245,55 | EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO | 0,00 | 31.792,00 |
| CRÉDITOS A RECEBER - DO EXERCÍCIO | | 1.160.214,39 | FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO | | 0,00 |
| CRÉDITOS A RECEBER - DO EXERCÍCIO ANTERIOR | | 1.983.829,37 | OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO | | 0,00 |
| (-) Provisão para Devedores Dividendo | | 1.484.052,02 | OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES | | 0,00 |
| DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO | | 111.180,05 | PROVISÕES A CURTO PRAZO | | 56,23 |
| INVESTIMENTOS E APlicações TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO | | 0,00 | DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO | | 19.021,25 |
| VARIACõES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIDADAMENTE | | 6,00 | | | 0,00 |
| ATIVO NÃO-CIRCULANTE | | 185.777,39 | PASSIVO NÃO-CIRCULANTE | | 2.051,80 |
| IMOBILIZADO | | 185.777,39 | FORNECEDORES A LONGO PRAZO | | 2.051,80 |
| BENS MÓVEIS | | 404.947,65 | OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO | 0,00 | |
| (-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS | | 219.170,26 | PROVISÕES A LONGO PRAZO | 0,00 | |
| | | | TOTAL DO PASSIVO | | 223.303,93 |

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | |
|--|---------------------|--|
| | ESPECIFICAÇÃO | Exercício Atual |
| Patrimônio Social e Capital Social | | 0,00 |
| Ajuste de avaliação Patrimonial | | 0,00 |
| Demais Reservas | | 0,00 |
| Resultados Acumulados | | 5.641.586,35 |
| TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 5.641.586,35 |
| TOTAL | 5.864.890,28 | 5.864.890,28 |
| ATIVO FINANCEIRO | 3.521.681,29 | PASSIVO FINANCEIRO |
| ATIVO PERMANENTE | 2.343.208,99 | PASSIVO PERMANENTE |
| SALDO PATRIMONIAL | | 5.600.411,45 |
| Compensações | | |
| ESPECIFICAÇÃO | | |
| Saldo do Atos Potenciais Ativos | | Exercício Atual |
| Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas | 0,00 | Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas |
| Execução de Direitos Conveniados | 0,00 | Execução de Obrigações Conveniadas |
| Execução de Direitos Contratuais | 0,00 | Execução de Obrigações Contratuais |
| Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo | 0,00 | Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo |
| TOTAL | 0,00 | TOTAL |
| Quadro do Superávit/Déficit Financeiro | | |
| Superávit Financeiro | 3.259.254,46 | Exercício Anterior |
| | | 2.159.474,11 |

Fortaleza-CE, 31 de dezembro de 2022

CAU - CE

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Ceará
CNPJ: 14.929.252/0001-04



Balanço Financeiro

Período: 01/01/2022 à 31/12/2022

| ESPECIFICAÇÃO | INGRESSOS | | ESPECIFICAÇÃO | | DISPÊNDIOS | |
|--|-----------------|--------------------|---|--------------------|-----------------|--------------------|
| | Exercício Atual | Exercício Anterior | Exercício Atual | Exercício Anterior | Exercício Atual | Exercício Anterior |
| Receita Orçamentária | 3.681.202,25 | 2.769.205,85 | Despesa Orçamentária | | 2.542.332,12 | 1.799.165,93 |
| RECEITA REALIZADA | 3.681.202,25 | 2.769.205,85 | CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR | | 40.994,80 | 16.219,90 |
| RECEITA CORRENTE | 3.681.202,25 | 2.769.205,85 | CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO | | 15.960,55 | 6.464,30 |
| RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES | 1.637.134,50 | 1.289.625,42 | CREDITO EMPENHADO - PAGO | | 2.485.376,77 | 1.776.481,73 |
| RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES ANUIDADES | 1.637.134,50 | 1.289.625,42 | DESPESA CORRENTE | | 2.400.685,87 | 1.776.481,73 |
| ANUIDADES | 1.637.134,50 | 1.289.625,42 | PESSOAL | | 1.336.357,51 | 1.104.868,03 |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 1.499.238,56 | 1.256.985,88 | MATERIAL DE CONSUMO | | 8.457,11 | 4.635,00 |
| EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES | 5.479,36 | 9.720,71 | SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA | | 248.761,03 | 91.761,26 |
| EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT | 1.492.821,53 | 1.246.943,59 | SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | | 449.353,38 | 244.850,34 |
| RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS | 937,67 | 321,58 | ENCARGOS DIVERSOS | | 64.504,70 | 54.669,42 |
| Custas Processuais | 589,77 | | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | | 293.252,14 | 275.697,68 |
| FINANCEIRAS | 518.826,86 | 194.686,91 | DESPESA DE CAPITAL | | 84.690,90 | |
| JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES | 77.164,56 | 34.956,86 | INVESTIMENTOS | | 71.530,90 | |
| JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES | 3.195,06 | | INVERSÕES FINANCEIRAS | | 13.160,00 | |
| ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA | 4.38.467,24 | 159.730,05 | | | | |
| MULTAS SOBRE ANUIDADES | 121.357,59 | | | | | |
| REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APlicações FINANCEIRAS | 317.109,65 | | | | | |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 26.002,33 | | | | | |
| | | 27.907,64 | | | | |

| ESPECIFICAÇÃO | INGRESSOS | | Exercício Anterior | ESPECIFICAÇÃO | Exercício Anterior | DISPÊNDIOS | |
|---|-----------------|-----------------|--------------------|--|--------------------|-----------------|--------------------|
| | Exercício Atual | Exercício Atual | | | | Exercício Atual | Exercício Anterior |
| MULTAS DE INFRAÇÕES | 11.533,44 | | 13.591,67 | | | | |
| INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES | 14.468,89 | 12.756,47 | | | | | |
| RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS | | 1.559,50 | | | | | |
| Transferências Financeiras Recebidas | | | | Transferências Financeiras Concedidas | | | |
| Recebimentos Extraorçamentários | 1.938.815,67 | 1.843.314,07 | | Pagamentos Extraorçamentários | 1.891.274,49 | | 2.056.181,28 |
| Inscrição de Restos a Pagar Não Processados | 40.994,80 | 16.219,90 | | Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados | 7.340,00 | | 205.204,09 |
| Inscrição de Restos a Pagar Processados | 15.960,55 | 6.464,30 | | Pagamentos de Restos a Pagar Processados | 6.464,30 | | 16.485,76 |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 292.350,76 | 233.285,51 | | Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 277.566,02 | | 238.382,16 |
| Outros Recebimentos Extraorçamentários | 1.589.509,56 | 1.587.344,33 | | Outros Pagamentos Extraorçamentários | 1.599.904,17 | | 1.595.709,27 |
| Saldo em espécie do Exercício Anterior | 2.335.269,98 | 1.578.097,27 | | Saldo em espécie para o Exercício Seguinte | 3.521.681,29 | | 2.335.269,98 |
| Caixa e Equivalente de Caixa | 2.335.269,98 | 1.578.097,27 | | Caixa e Equivalente de Caixa | 3.521.681,29 | | 2.335.269,98 |
| Depósitos, Rest. Vrs Vinculados | | | | Depósitos, Rest. Vrs Vinculados | | | |
| Total: | 7.955.287,90 | | 6.190.617,19 | | 7.955.287,90 | | 6.190.617,19 |
| Fortaleza-CE, 31 de dezembro de 2022 | | | | | | | |

Balanço Orçamentário

Período: 01/01/2022 a 31/12/2022

| RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | SALDO |
|--|------------------|---------------------|---------------------|------------|
| RECEITA CORRENTE | 2.610.971,67 | 2.976.119,00 | 3.681.202,25 | 705.063,25 |
| RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES | 1.366.891,59 | 1.502.260,31 | 1.637.134,50 | 134.874,19 |
| RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES | 1.366.891,59 | 1.502.260,31 | 1.637.134,50 | 134.874,19 |
| ANUIDADES | 1.366.891,59 | 1.502.260,31 | 1.637.134,50 | 134.874,19 |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 1.034.072,71 | 1.064.727,24 | 1.499.238,56 | 434.511,32 |
| EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES | 0,00 | 0,00 | 5.479,36 | 5.479,36 |
| EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA | 1.034.072,71 | 1.064.727,24 | 1.492.821,53 | 428.094,29 |
| - RFT | | | | |
| RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS | 0,90 | 0,00 | 937,67 | 937,67 |
| Custas Processuais | 0,90 | 0,00 | 589,77 | 589,77 |
| FINANCIERAS | 165.537,70 | 355.056,17 | 528.009,81 | 172.953,64 |
| JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES | 0,00 | 0,00 | 77.164,56 | 77.164,56 |
| JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES | 0,00 | 0,00 | 3.195,06 | 3.195,06 |
| ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA | 165.537,70 | 355.056,17 | 447.650,19 | 92.594,02 |
| ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES | 0,00 | 0,00 | 9.182,95 | 9.182,95 |
| MULTAS SOBRE ANUIDADES | 107.937,70 | 110.694,43 | 121.357,59 | 10.663,16 |
| REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS | 57.600,00 | 244.361,74 | 317.109,65 | 72.747,91 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 44.469,67 | 54.075,28 | 16.819,38 | -37.255,90 |
| MULTAS DE INFRAÇÕES | 0,00 | 0,00 | 2.350,49 | 2.350,49 |
| INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES | 44.469,67 | 54.075,28 | 14.468,89 | -39.606,39 |

CAU - CE

Período: 01/01/2022 a 31/12/2022

| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS LIQUIDADAS | DESPESAS PAGAS | SALDO DOTAÇÃO |
|---------------------------------------|------------------------|---------------------------|----------------------------|----------------------------|-----------------------|----------------------|
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 265.215,89 | 248.252,14 | 248.252,14 | 248.252,14 | 248.252,14 | 0,00 |
| CONVÉNIOS, CONTRATOS E PATROCÍNIO | 60.000,00 | 60.000,00 | 60.000,00 | 45.000,00 | 45.000,00 | 0,00 |
| CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL | 100.000,00 | 300.000,00 | 84.690,90 | 84.690,90 | 84.690,90 | 215.309,10 |
| INVESTIMENTOS | 50.000,00 | 278.815,90 | 71.530,90 | 71.530,90 | 71.530,90 | 207.285,00 |
| EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES | 50.000,00 | 278.815,90 | 71.530,90 | 71.530,90 | 71.530,90 | 207.285,00 |
| INVERSÕES FINANCEIRAS | 50.000,00 | 21.184,10 | 13.160,00 | 13.160,00 | 13.160,00 | 8.024,10 |
| EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES | 50.000,00 | 21.184,10 | 13.160,00 | 13.160,00 | 13.160,00 | 8.024,10 |
| DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE | 8.858,64 | 12.499,98 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12.499,98 |
| SUB-TOTAL DAS DESPESAS | 2.710.971,67 | 3.276.119,00 | 2.542.332,12 | 2.501.337,32 | 2.485.376,77 | 733.786,88 |
| SUPERÁVIT | 0,00 | 0,00 | 1.138.870,13 | 0,00 | 0,00 | 1.138.870,13 |
| TOTAL | 2.710.971,67 | 3.276.119,00 | 3.681.202,25 | 2.501.337,32 | 2.485.376,77 | -405.083,25 |

Fortaleza-CE, 31 de dezembro de 2022

Período: 01/01/2022 a 31/12/2022

Variações Patrimoniais

VARIACOES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

| | Exercício Atual | Exercício Anterior | | Exercício Anterior | |
|--|-----------------|--------------------|---|--------------------|--------------|
| VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA | | | | | |
| CONTRIBUICOES | 4.424.037,38 | 2.963.525,52 | VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA | 2.481.405,80 | 2.006.730,43 |
| CONTRIBUICOES SOCIAIS | 2.380.055,59 | 1.485.760,11 | PESSOAL E ENCARGOS | 1.399.113,07 | 1.286.121,53 |
| CONTRIBUICOES SOCIAIS | 2.380.055,59 | 1.485.760,11 | REMUNERACAO DE PESSOAL | 1.161.331,27 | 1.172.822,78 |
| EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS | 2.380.055,59 | 1.485.760,11 | REMUNERACAO A PESSOAL - RPPS | 1.161.331,27 | 1.172.822,78 |
| EXPLORACAO DE BENS, DIREITOS E PRESTACAO DE SERVICOS | 1.498.648,79 | 1.256.985,88 | BENEFICIOS A PESSOAL | 142.781,80 | 113.298,75 |
| VALOR BRUTO DE EXPLORACAO DE BENS E DIREITOS E PRESTACAO DE SERVICOS | 1.498.648,79 | 1.256.985,88 | BENEFICIOS A PESSOAL - RPPS | 142.781,80 | 113.298,75 |
| VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS | 528.009,81 | 200.890,55 | USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO | 839.040,59 | 445.911,22 |
| JUROS E ENCARGOS DE MORA | 89.542,57 | 41.160,50 | USO DE MATERIAL DE CONSUMO | 15.797,11 | 4.635,00 |
| JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVICOS | 89.542,57 | 41.160,50 | CONSUMO DE MATERIAL | 15.797,11 | 4.635,00 |
| OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS | 438.467,24 | 159.730,05 | SERVICOS | 814.786,66 | 412.197,32 |
| MUITAS SOBRE ANUIDADES | 438.467,24 | 159.730,05 | DIARIAS | 103.032,00 | 26.568,00 |
| OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | 17.323,19 | 19.888,98 | SERVICOS TERCEROS - PESSOAS FISICAS | 174.468,73 | 79.718,75 |
| VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR | 0,00 | 1.559,50 | SERVICOS TERCEROS - PESSOAS JURIDICAS | 547.265,93 | 305.910,57 |
| RECEITAS NAO IDENTIFICADAS | 0,00 | 1.559,50 | DEPRECIAÇÃO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO | 28.456,82 | 29.078,90 |
| DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | 17.323,19 | 18.329,48 | DEPRECIAÇÃO | 28.456,82 | 29.078,90 |
| MULTAS ADMINISTRATIVAS | 2.350,49 | 7.388,03 | TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS | 293.252,14 | 274.697,68 |
| INDENIZACOES | 14.382,93 | 10.941,45 | TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS | 293.252,14 | 274.697,68 |
| ONUS DE SUCUMBENCIA POR ACOES JUDICIAIS | 589,77 | 0,00 | TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS | 293.252,14 | 274.697,68 |
| Total das Variações Ativas : | 4.424.037,38 | | | 2.481.405,80 | 2.006.730,43 |
| Déficit do Exercício | | | RESULTADO PATRIMONIAL | 3.942.631,58 | 956.795,09 |

Total das Variações Ativas :

Total das Variações Passivas :

Déficit do Exercício

Superávit do Exercício

| Total | 2.963.525,52 Total | 4.424.037,38 |
|--------------------------------------|--------------------|--------------|
| Fontaleza-CE, 31 de dezembro de 2022 | | |

1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Ceará - CAU/CE, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo.

O CAU/CE é uma autarquia vinculada à Administração Indireta dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, cujas atividades são custeadas exclusivamente pelas próprias rendas, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral do CAU aprovado pela Resolução CAU/BR nº 139/2017 e Regimento Interno do CAU/CE.

O Conselho está localizado na Av. Santos Dumont, 2626, Loja 15, CEP: 60.150-161, Bairro Aldeota, Fortaleza/CE.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 12 de julho de 2022.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) - Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, sendo que os valores foram arredondados, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (*Nota 3.4*), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes (*Nota 3.2.1*) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (*Nota 3.8*). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua

realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitens 3.2.1 e 3.2.2), ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2 Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

3.2.1 Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos

- a) **Implantação de política contábil em 2017** - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/CE procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos ao encerramento do exercício de 2017.
- b) **Base de mensuração** - Média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2017.
- c) **Julgamento pela aplicação** - Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/CE, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados exclusivamente pelo almoxarifado de materiais de uso e consumo em expediente.



3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/CE segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

| | Anos | Valor residual |
|--|------|----------------|
| Móveis e utensílios | 10 | 10% |
| Veículos de uso administrativo | 8 | 10% |
| Veículos de uso da fiscalização | 5 | 10% |
| Máquinas e equipamentos | 5 | 10% |
| Equipamentos de processamento de dados | 5 | 10% |
| Biblioteca | 10 | 0% |
| Utensílios de copa e cozinha | 5 | 10% |
| Sistemas de processamento de dados | 10 | 10% |
| Instalações | 10 | 10% |

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das

atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.9. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.10. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.11. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.12. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

- a) **Risco de Crédito:** O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente

associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

- b) **Risco de mercado:** O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.
- c) **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

| | 2022 | 2021 |
|------------------------|-----------------|-----------------|
| Caixa | - | - |
| Banco conta movimento | - | - |
| Aplicações financeiras | 3.521.681 | 2.335.270 |
| | <hr/> 3.521.681 | <hr/> 2.335.270 |

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos de renda fixa emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de



primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos de anuidade

| | 2022 | 2021 |
|--|-----------------|-----------------|
| Créditos de anuidades do exercício | 1.160.214 | 436.626 |
| Créditos de anuidades de exercícios anteriores | 1.983.829 | 1.671.299 |
| Dívida ativa decorrente de anuidades | 386.255 | 320.099,25 |
| (-) Provisão para devedores duvidosos | (1.484.053) | (1.419.469) |
| | <hr/> 2.046.246 | <hr/> 1.008.556 |

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

| | 2022 | 2021 |
|--|---------------|---------------|
| A vencer | 0 | 0 |
| Vencidos: | 0 | 0 |
| Até 30 dias | 0 | 0 |
| De 31 a 60 dias | 0 | 0 |
| De 61 a 90 dias | 0 | 0 |
| De 91 a 180 dias | 2.370.084 | 1.991.398 |
| Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa | (1.484.053) | (1.419.469) |
| | <hr/> 886.031 | <hr/> 571.929 |

A Entidade registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada.

7. Demais créditos e valores à curto prazo

| Descrição | 2022 | 2021 |
|----------------------------------|--------------|--------------|
| Adiantamento concedido a pessoal | 26.914 | 16.372 |
| Total | <hr/> 26.914 | <hr/> 16.372 |

Nesse subgrupo encontram-se os títulos adiantamentos concedidos a pessoal e a terceiros bem como os créditos a receber por descentralização da prestação de serviços público, podendo seus valores variarem para menos ou mais dependendo do exercício.



No exercício 2022, o adiantamento de férias concedido em dezembro do ano anterior foi descontado na folha de pagamento de janeiro, dessa forma, o valor foi zerado.

8. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

| Descrição | 2022 | 2021 |
|--------------------------------|----------|----------|
| Prêmios de seguros a apropriar | 0 | 0 |
| Total | 0 | 0 |

Nesse subgrupo encontram-se os prêmios de seguros a apropriar, podendo seus valores variarem para menos ou mais à medida que há o reconhecimento da despesa. Em 2022 não houve variação patrimonial diminutiva paga antecipadamente.

9. Imobilizado

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do ativo imobilizado:

| | 31.12.2021 | Adições | Baixas | Depreciação | 31.12.2022 |
|--|----------------|---------------|----------|------------------|----------------|
| Veículos | 27.524 | - | - | (24.120) | 3.404 |
| Móveis e utensílios | 124.669 | 13.160 | - | (78.178) | 59.651 |
| Equipamentos de processamento de dados | 123.401 | 64.246 | - | (98.338) | 89.309 |
| Máquinas e equipamentos | 44.932 | 7.285,00 | - | (18.534) | 33.683 |
| Total | 320.527 | 84.691 | - | (219.170) | 186.047 |

10. Fornecedores a pagar e credores diversos

| | 2022 | 2021 |
|---------------------------------|---------------|---------------|
| Outros fornecedores | - | 6.464 |
| Restos a pagar - CP | 7.400 | 7.400 |
| Honorários advocatícios a pagar | 8.431 | - |
| | 15.831 | 13.864 |

11. Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais - Provisões de curto prazo

O aumento dos valores de provisão trabalhista se deu por conta de reajuste salarial dos funcionários com data base no mês de maio e contratação de assistente administrativo.

| | 2022 | 2021 |
|---|----------------|----------------|
| Provisão para férias e encargos sociais | 114.261 | 98.243 |
| Provisão de INSS sobre férias | 38.759 | 30.368 |
| Provisão de FGTS sobre férias | 14.535 | 11.336 |
| Provisão de PIS sobre férias | 2.628 | 1.274 |
| | 170.184 | 141.221 |

12. Demais obrigações a curto prazo

Nas obrigações de curto prazo temos obrigações da folha de pagamento que apresentaram aumento por conta da contratação de novo funcionário e aumento salarial; imposto por serviço tomado e imposto federal retido decorrente de compras de passagens e serviço de telecomunicações. Tais valores correspondem a competência de dezembro de 2022 com data de pagamento para janeiro de 2023.



| | Consolidado | |
|---------------------------------|--------------------|--------------|
| | 2022 | 2021 |
| INSS retido na fonte | 411 | 411 |
| IRRF | 16.701 | 0 |
| ISS | 608 | 0 |
| IRRF/COFINS/CSLL/PIS a recolher | 1.593 | 558 |
| Contribuição sindical - anual | 100 | 100 |
| Vale transporte | 46 | 46 |
| Mensalidade sindical | 12 | 61 |
| Plano de saúde - dependente | 450 | 0 |
| | 19.921 | 1.175 |

13. Patrimônio Líquido

| Descrição | 2022 | 2021 |
|---|------------------|-------------------|
| Superávit ou Déficit do Exercício | 1.942.632 | 956.795 |
| Superávit ou Déficit Acumulado de Exercícios Anteriores | 3.404.480 | 2.416.488 |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | (294.475) | (31.196) |
| Patrimônio Líquido | 5.052.636 | 27.485.944 |

No ano de 2022 foi implementado o cálculo Provisão de Devedores Duvidosos sendo o valor da provisão referente a anuidades de exercícios anteriores registrado na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores.

14. Partes relacionadas

A Entidade em 31 de dezembro de 2022 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/CE, tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.

No exercício de 2022 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

15. Despesas por natureza



| Classificação por natureza | 2022 | 2021 |
|---|------------------|------------------|
| Depreciação e amortização | 28.457 | 29.079 |
| Pessoal e encargos | 1.181.331 | 1.172.823 |
| Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo | 867.515 | 445.931 |
| Desvalorização e perda de ativos | - | - |
| Transferências concedidas | 293.252 | 274.698 |
| | 2.370.555 | 1.922.531 |

16. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

| Resultado Patrimonial | 2022 | 2021 |
|---|------------------|------------------|
| Variação Patrimonial Aumentativa (Receita) | 4.424.037 | 2.963.526 |
| (-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa) | (2.481.406) | (2.006.730) |
| (=) Superávit Patrimonial apurado | 1.942.632 | 956.795 |
| Resultado Orçamentário | 2022 | 2021 |
| Receita Orçamentária Arrecadada | 3.681.202 | 2.769.206 |
| (-) Despesas Empenhadas | (2.457.641) | (1.799.166) |
| (=) Superávit Orçamentário Apurado | 1.223.561 | 970.040 |
| Resultado Financeiro | 2022 | 2021 |
| Saldo Disponível Apurado | 3.521.681 | 2.335.270 |
| (-) Passivo Financeiro | (262.427) | (175.796) |
| (=) Superávit Financeiro Apurado | 3.259.254 | 2.159.474 |

17. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2022, é assim demonstrada:

| Item | Tipo de cobertura | Importância segurada |
|----------|---|----------------------|
| Veículos | Incêndio, roubo e colisão para 01 veículo | 1.326,87 |
| | | <u>1.326,87</u> |

18. Relacionamento com os auditores independentes

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/UF, não sendo contratados outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

19. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes de 1º de Janeiro até data de emissão do relatório de auditoria.

Fortaleza - CE, 27 de julho de 2023

EMANUELY PINHEIRO
DAMASCENO:02752482
329

Assinado de forma digital por
EMANUELY PINHEIRO
DAMASCENO:02752482329
Dados: 2023.07.27 10:15:12 -03'00'

Emanuely Pinheiro Damasceno
Contadora CAU-CE
CRC-CE 023628/O-0

Lucas Ribeiro Rozzoline Muniz
Presidente do CAU-CE